

A GESTÃO DO SILÊNCIO. OS ARTEFATOS DA MEMÓRIA NA COLÔMBIA.

SANDRA PATRICIA ARENAS GRISALES*

Resumo

Os artefatos criados para recuperar do esquecimento milhares de colombianos assassinados ou desaparecidos e as múltiplas violações dos direitos humanos levados a cabo pelos atores em conflito, são a expressão de uma narrativa que procura um lugar na esfera pública, que tenta contar um relato que a história oficial pretende manter no esquecimento, recuperar a dignidade de seus mortos e urgir a restauração de direitos violados. Contudo, como a realidade na Colômbia não é aquela do pós-conflito, essas narrativas têm escassa possibilidade de expressar-se em público, pelo contrário, permanecem subterrâneas, sendo compartilhadas com familiares, amigos ou comunidade. Em lugar de grandes relatos ou testemunhos trata-se de pequenas marcas físicas que tentam lembrar, comover e chamar atenção sobre os fatos violentos que marcaram a vida de uma família ou uma comunidade. Mais que as grandes narrativas, estamos diante da presença do silêncio, de um silêncio que se agencia na espera da possibilidade de um contexto propício para a escuta.

Nesta apresentação tentaremos analisar os artefatos da memória, criados pelos familiares das vítimas, organizações e comunidades, como gestão do silêncio e expressão do sofrimento em contextos de violência prolongada na Colômbia, onde o conflito armado continua vigente e as memórias subterrâneas disputam um espaço na esfera pública.

Introdução

Numa recente pesquisa realizada na Colômbia pelo *Grupo de Memória Histórica da Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación*, reportaram-se 198 iniciativas de memória. Elas têm diferentes âmbitos de expressão, local, nacional, internacional; algumas têm origem nas expressões comunitárias, outras provêm de movimentos sociais ou de organizações de vítimas, ou mesmo de iniciativas pessoais. São formas de

* Docente. Universidad de Antioquia. Medellín. Colombia. Biblioteconoma. Mestre em Ciência Política. Estudante de Doutorado em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES, PECPG; programa Estudantes Convênio de Pós-Graduação.

agenciar e tramitar a dor e o sofrimento por meio de diversas atividades artísticas, artefatos, performances. O interesse primordial, segundo os pesquisadores, é trasladar à esfera pública o sofrimento e a dor que por muitos anos têm sido elaborado no âmbito privado. (GRUPO DE MEMÓRIA HISTÓRICA, 2009: 16)

É possível que esse interesse pela memória na Colômbia esteja em relação com aquilo que Andreas Huyssen denomina como um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes nas sociedades ocidentais dos últimos anos: a monumentalização e sacralização do passado (HUYSEN, 2000: 20). Contudo, o caso colombiano poderia ser pensado numa outra perspectiva proposta também pelo autor: como um intento para combater o medo e o perigo do esquecimento, como estratégia de sobrevivência de uma memória pública e privada. Mais que uma ancoragem no passado, o que estas práticas de memória propõem é um *futuro de* memória, quer dizer, pensar o passado em termos de futuros possíveis, de consolidação de processos de democratização, de lutas pela defesa dos direitos humanos, de expansão e fortalecimento da esfera pública da sociedade civil. Abrir um debate público acerca da dor e do sofrimento provocado no passado, não para ficar nele senão para compreendê-lo e tentar pensar num futuro comum. Pois, como afirma o autor: “(...) necesitamos más de rememoración productiva que de olvido productivo” (Ibid. : 35).

Os artefatos criados para recuperar do esquecimento os milhares de colombianos assassinados ou desaparecidos e as múltiplas violações dos direitos humanos levados a cabo pelos atores em conflito, são uma prova dessa narrativa que procura um lugar na esfera pública, que tenta contar um relato que a historia oficial pretende manter no esquecimento, recuperar a dignidade dos seus mortos e demandar a restauração de direitos violados. No entanto, como a realidade na Colômbia não é aquela do pós-conflito, essas narrativas têm escassa possibilidade de expressar-se em público, pelo contrário, permanecem subterrâneas, sendo compartilhadas com familiares, amigos ou a comunidade. Em lugar de grandes relatos ou testemunhos trata-se de pequenas marcas físicas que tentam lembrar, comover e chamar a atenção sobre os fatos violentos que marcaram a vida de uma família ou uma comunidade. Mais que as grandes narrativas, estamos diante da presença do silêncio, de um silêncio que se agencia na espera da possibilidade de um contexto propício para a escuta.

Esta maneira de pensar e agir em relação com a memória tem um forte caráter político dado em particular por duas características. Em primeiro lugar, sua incursão na esfera pública, o interesse desses grupos de propor um debate sobre o passado e sobre os significados do mesmo, passar da esfera do privado no qual tem permanecido por muito tempo e agenciar, através de ações políticas, sua expressão na esfera pública. No segundo lugar, os conteúdos da memória, no confronto por definir os conteúdos daquilo que se lembra ou se esquece, se evidencia um conflito de memórias.

Nesta apresentação tentaremos analisar os artefatos da memória, criados pelos familiares das vítimas, organizações e comunidades, como gestão do silêncio e expressão do sofrimento em contextos de violência prolongada como na Colômbia, onde o conflito armado continua vigente e as memórias subterrâneas disputam um espaço na esfera pública.

A gestão do silêncio

Partiremos da definição de memória como os modos pelos quais as pessoas constroem um sentido do passado e enlaçam o passado com o presente no fato de rememorar/esquecer. Este processo é subjetivo, ativo e construído socialmente em diálogo e interação, o que permite criar a idéia de coerência e continuidade necessárias para manter o sentimento de identidade. Desta maneira, memória e identidade alimentam-se mutuamente. A construção da identidade é um processo relacional de gestão e seleção: *que somos? Que podemos ser?* Estas perguntas se elaboram em relação com o outro, estão sujeitas a mudanças. Memória e identidade podem ser negociadas, não são fenômenos que se possam considerar como acabados, estando em permanente transformação. Ainda que não exclusivo, a memória tem um caráter eminentemente narrativo, incorporando-se à constituição da identidade. Embora o pertencimento a um coletivo social não se traduza numa memória única, no seu interior podem aparecer conflitos pela definição dos conteúdos dessa memória ou memórias. As memórias dominantes, tanto as oficiais como aquelas promovidos pelos grupos sociais hegemônicos, parecem, por momentos, preencher o espaço do político. Monopolizam o relato e configuram identidades em torno dessas memórias, dando a idéia de coesão e unidade. Mas de alguma maneira, no momento oportuno, as memórias subterrâneas,

aquelas que não têm tido ocasião de expressar-se na esfera pública, aparecem disputando sua legitimidade.

A categoria de memórias subterrâneas é tomada de Pollak que analisa a relação entre memória, poder e identidade a partir dos processos e dos atores que intervêm na constituição e formalização das mesmas (POLLAK, 2006). O autor privilegia a análise dos marginalizados e das minorias, em lugar das memórias oficiais ou nacionais. Ainda que, adverte que a divisão entre memórias dominantes e memórias subterrâneas não remeta forçosamente à oposição entre Estado e sociedade civil, em muitos casos o problema ocorre na relação entre grupos minoritários e sociedade. (Ibíd : 20)

A memória nacional, segundo Pollak, tem um caráter destruidor, uniformizante e opressor, pelo contrario “...las memórias subterrâneas tienen un trabajo de subversión en el silencio y de manera casi imperceptible afloran en momentos de crisis a través de sobresaltos bruscos y exacerbados”. (Ibíd.: 18)

O autor analisa a forma como lembranças individuais e grupais lentamente surgem para opor-se àquilo que ele chama *a mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional*. Esta memória subterrânea se mantém em silêncio durante largos períodos, no entanto, longe de significar um esquecimento, expressam a resistência que uma sociedade impõe ao excesso de discursos oficiais. Durante esse tempo de silêncio, a memória se transmite através de redes de sociabilidade afetiva ou política, são guardados em estruturas de comunicação informais, invisíveis à sociedade em geral, é o que Pollak chama *zonas de sombra, silêncios, não ditos*. (Ibíd.: 24)

Além da capacidade ou a vontade de narrar os fatos, a possibilidade de construir publicamente uma narrativa está dada pelas condições sociais que a fazem comunicável, condições que dependem do contexto. Na maioria dos casos, o silêncio, mais que o trauma, denota a dificuldade de falar de um passado difícil de narrar, uma experiência incompreensível e inefável. O silêncio pode ser expressão das negociações que ocorrem na construção da identidade, mas também expressa as dificuldades que se apresentam para fazer coincidir o relato com as normas morais. (POLLAK, 2006: 59).

O temor de serem julgados com base em parâmetros morais que não tenham em conta o contexto da experiência limite cria nos sobreviventes a necessidade de encontrar o tom

adequado que faça compreensível frente à audiência aquilo *extremamente estranho*. A gestão do silêncio protege os sobreviventes da culpa e da angústia. “El lenguaje no es sino el guardián de la angustia” cria a distância entre um discurso interior e aquilo que pode ser transmitido, negociando a angústia ao fixar a lembrança sobre o que se pode narrar e desta forma ficar tranqüilo. (OLIVENSTEIN Citado por POLLAK, Ibid.: 203) Esse limite do não dito não é estático, muda com o tempo e de acordo com os contextos e os ouvintes. Quando as narrativas encontram um espaço na esfera pública e uns ouvintes interessados em saber que aconteceu, pode-se afirmar que esse projeto de memória individual passa a formar parte de uma memória coletiva.

Esse ato de fala como possibilidade de construção social precisa de um público disposto a escutar e compreender que o silêncio das vítimas não é ausência de palavras está profundamente inter-relacionado com elas, os silêncios são em si mesmo significativos, é uma linguagem. Precisamos tomar nota do que as vítimas falam, mas também reconhecer o que se guarda no silêncio. É preciso analisar o contexto no qual esses silêncios têm um significado, entre fala e silêncio só há uma aparente contradição. O silêncio pode ser reconhecido como linguagem, para tanto requer cuidadosa atenção para encontrar suas cadências, para compreender os espaços presentes entre as frágeis palavras, para entender o que elas expressam e querem significar. (ROSS, 2001: 271)

As centenas de artefatos de memória que existem na Colômbia revelam o complexo vínculo entre silêncio e narrativa, reconhecimento e invisibilidade. Desde pedras pintadas com os nomes de familiares desaparecidos, ou cemitérios decorados com vivas cores que representam o interesse por devolver a dignidade dos mortos não identificados; as cruzes nas estradas que lembram as mortes violentas e as pichações nas paredes das favelas que lembram os líderes das comunidades assassinados; os dragões nas paredes de cidades que presenciaram massacres, todos eles são expressão de memórias subterrâneas que lutam por ter um espaço na esfera pública, por contar uma história que ainda se desconhece, por fazer público um sofrimento que tem se escondido durante décadas por temor de ser estigmatizado ou que suas vidas estejam novamente em risco. Os artefatos falam, expressam um sofrimento, contam uma história, mas ainda não têm um público atento para escutá-los, para decifrar no seu silêncio as impressões da dor, da injustiça.

A dor como linguagem

Até agora temos analisado as formas de gestão do silêncio como parte de uma narração, como componente essencial de algo que se disse, contrária a idéia geral do silêncio como vazio ou ocultamento. Mas, que acontece quando as palavras não conseguem descrever os fatos, que fazer quando a linguagem se mostra incapaz de representar o sofrimento?

Sentir a dor no corpo do outro, reconhecer o sofrimento das pessoas sem a presença de palavras que o expressem, entender que a dor tem sua própria linguagem e senti-la como própria, dar ao sofrimento um lugar na esfera política, reconhecer que nesse voltar sobre o cotidiano, depois da experiência limite há um forte potencial político, é a proposta de Veena Das (2008). Ela propõe que o silêncio e o retorno ao cotidiano podem ser outra forma de se haver com o sofrimento.

Centrar-se no trauma das vítimas não tem necessariamente como resultado uma comunidade de ressentimento. Das propõe uma imagem diferente delas, na qual o tempo não este congelado senão que faz seu trabalho. Pensar o registro do cotidiano como uma forma em que se pode redimir a vida, criar novamente um eu através da re-ocupação do espaço da devastação (Ibid.: 159).

Para Das, o testemunho dos sobreviventes, aqueles que falaram em nome de quem não podia fazê-lo, compreende-se melhor no contraste entre dizer e mostrar (Ibid.: 160). Certamente, ao nível macro do sistema político precisa-se de um espaço público que reconheça o sofrimento dos sobreviventes e a dignidade das vítimas para re-construir a confiança nos processos democráticos, no nível micro, dos sujeitos, das famílias e das comunidades, precisa-se de uma oportunidade de recuperar a vida cotidiana.

A proposta desta autora, é que mais que no potencial dramático dos relatos, o potencial radica em mostrar como um fato pode-se transformar numa crise e como se podem compreender as mudanças dos acontecimentos no tempo (Ibid.: 162). Não ver os sujeitos como vítimas ancoradas num passado violento, pelo contrário, tratar de compreender as diversas formas em que tentam re-construir suas vidas. Existem ações tão violentas que são impossíveis de narrar, de representar, continuar com a vida e

reconstruí-la a pesar disso, digerir esse “conhecimento envenenado”, é um compromisso com a vida, que evidencia as fronteiras entre dizer e mostrar.

Nas complexas transações entre corpo e linguagem pode-se ver, dar voz e mostrar a dor. (Ibid.: 219) Os testemunhos, as narrativas podem ser uma maneira de narrar os eventos catastróficos sofridos pelos sujeitos. Das propõe também tratar de compreender a linguagem implícita no retorno à cotidianidade apesar de ter sido marcada pela dor, as formas de habitar novamente o mundo como a expressão de um duelo. Convida a pensar o evento extraordinário através do descenso ao cotidiano, não só as formas como tais eventos afetam as vidas das pessoas, senão também aquilo que se expressa no esforço por recuperar a vida depois dos eventos ou ainda a pesar dos mesmos.

En lugar de buscar una agencia en los momentos grandiosos y transgresores de la historia, es en los libretos cotidianos de la resistencia donde debe ubicársela. Nada malo hay en esta manera de conceptualizar lo cotidiano, pues tiene la ventaja de mostrar que la sociedad se hace de modo constante, no es algo dado. El problema es que la noción de la cotidianidad se asegura con facilidad excesiva en estas etnografías, porque casi nunca consideran las tentaciones y las amenazas del escepticismo como parte de la realidad vivida y, por tanto, no nos dice qué está en juego en lo cotidiano que han descubierto. (Ibid.: 317)

Das afirma que o que resulta único acerca da dor é a ausência de linguagens existentes na sociedade ou nas ciências sociais que possam comunicar essa dor, a dor é essencialmente incomunicável. Ao afirmá-lo, ao fazê-lo público, espera-se o reconhecimento por parte dos outros, e sua negação, segundo Das, mais que uma falha intelectual, seria uma falha espiritual, que compromete o futuro (Ibid.: 334). O importante é que a pesar de sua infabilidade, a dor expressa pelos outros possa ser sentida no próprio corpo, se bem que não em palavras, mas sim compreendida na gramática da dor, daquilo que se pode sentir na própria carne.

Os artefatos da memória

Os artefatos da memória são expressão dessas memórias subterrâneas que de forma criativa procuram espaço na esfera pública, são marcas territoriais que, no silêncio de suas formas, contêm uma narrativa que pede um espaço para se expressar. Em lugar de

grandes relatos, está-se diante da presença do silêncio, que se administra na espera daquele momento propício para a escuta, na espera que algum dia sejam compartilhados por todos e passem a ser parte de nossa memória coletiva.

Os artefatos são muito diversos em suas formas, conteúdos e processos de construção. Podem ser pedras pintadas de cores, mantas bordadas, altares com flores e fotos das vítimas, murais nas ruas dos bairros, dragões pintados nas paredes das casas, bonecas que representam as mulheres e suas vivências, poemas feitos por mulheres com baixo nível de alfabetização, cemitérios com túmulos pintados de cores. Podem ser feitas por indivíduos isolados, por organizações de vítimas ou comunidades, na maioria dos casos por iniciativa própria, mas também podem contar com o apoio de ONG ou instituições do Estado.

Um desses casos são as mantas bordadas pelas Mulheres de Mampujan, Bolívar, norte da Colômbia¹. Representam claramente os momentos vividos pelas pessoas do pequeno povoado. Numa espécie de terapia coletiva de socialização da dor, as mulheres aprenderam a bordar e devagar começaram a falar do acontecido e a narrá-lo nos desenhos. As mantas mostram os homens que chegaram vestidos como militares, mas com botas de camponeses, alguns com os rostos cobertos, armados com fuzis e facão e que depois de ameaçá-los de morte, os obrigaram a deslocar-se. Mostram as mulheres e as crianças chorando, algumas pessoas no chão com rastros de sangue. No céu podem-se ver anjos e um sol com duas mãos abertas, segundo eles, foi essa presença de Deus que os salvou de um massacre. Desenham também uma mulher nua da cintura para baixo e um homem vestido de militar perto dela, numa aparente cena de estupro, mas não falam disso nos seus relatos. Pode-se ver como saíram deslocados violentamente do povoado, carregando alguns objetos pessoais, com lágrimas nos olhos, seus filhos tomados pela mão, carregando seus doentes em macas, seus cavalos carregados com poucos bens que puderam levar. As mantas expõem o caos dos primeiros dias como deslocados, a tristeza expressada nas pessoas sozinhas, deitadas perto das árvores, isoladas, chorando, as brigas entre eles e amontoamento da convivência inicial.

¹ Mampujan é um povoado camponês localizado em María La Baja, Bolívar, norte da Colômbia. Por ser uma região usada pela guerrilha das Farc para trasladar seqüestrados, os paramilitares da zona acusaram-lhes de ser auxiliares da guerrilha e no dia 10 de março do 2000, assassinaram ali 13 pessoas e obrigaram as 245 famílias a se deslocar. Dias antes, próximo a Mampujan, os paramilitares tinham realizado a chacina de El Salado, uma das mais cruéis na história da Colômbia.

Uma vez deslocados da sua terra, eles foram recebidos na cidade com muita desconfiança, as pessoas acreditavam que eles eram guerrilheiros, ou pelo menos que estavam comprometidos de alguma maneira. O temor de ser acusados ou discriminados os levou a guardar silêncio por muito tempo, as mantas foram a maneira de expressar essa dor guardada de representar um sofrimento vivido coletivamente, mas que marcava de maneira diferente cada uma delas.

Depois do deslocamento ninguém se interessava por saber a verdade, o silêncio se impunha. Mas a perseverança delas, o trabalho permanente com as mantas as levou lentamente a ser escutadas pelas pessoas. A mídia interessa-se pela história destas mulheres que bordam e as apresentam a um público mais amplo. Hoje elas expõem suas mantas no Museu Nacional da Colômbia, mas tiveram que passar mais de 10 anos para que encontrassem um público disposto a ouvir e reconhecer nesses desenhos uma história de dor, mas também de coragem e de resistência diante do olvido.

Esse silêncio guardado pela comunidade durante tanto tempo, era uma forma de se proteger dos juízos morais num contexto que lhes podia ser adverso, mas também a evidência de uma dor profunda que não achava palavras para ser narrada. As mantas lhes provêem uma possibilidade de criar um relato, sem palavras, mas com imagens. Ao mesmo tempo as mantas permitem que nós, como espectadores, compreendamos sua dor e a sintamos como própria.

Esses ouvintes têm um papel transcendental na criação dessa memória. Uma vez que reconheçamos essa dor, aceitemos escutar seu relato e compreender que essa história que parece individual realmente faz parte de nossa memória como nação, daquilo que temos que reconhecer para devolver a dignidade e os direitos perdidos das vítimas da guerra na Colômbia. Identificar-se com eles permite recompor sua pertença dentro de uma comunidade e restabelecer ou criar os laços para a ação política.

A violência destrói as redes sociais, a confiança do indivíduo em si mesmo e põe em dúvida sua pertença à comunidade. Ultrapassar essa condição de vítima implica reconhecer o sofrimento padecido, expressá-lo publicamente, para que deixe de ser um evento exclusivamente individual, voltando-se ao coletivo e obtendo assim potencial político.

Referencias Bibliográficas

- DAS, V. (2008) Trauma e testimonio. In: Ortega, F. (editor) *Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- DAS, V. (2008) o acto de presenciar. *Violencia, conocimiento envenenado e subjetividad*. In: Ortega, F. (editor) *Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- DAS, V. (2008). *Lenguaje e cuerpo: transacciones en la construcción del dolor*. In: Ortega, F. (editor) *Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- FELDMAN, A. (2002) *Strange fruit: The South African Truth Commission and the demonic economies of violence*. In: *Beyond Rationalism: rethinking magic, witchcraft and sorcery*. Nueva York: Bargahn Books.
- GRUPO DE MEMÓRIA HISTÓRICA. (2009) *Memórias en tiempos de guerra. Repertorio de iniciativas*. Bogotá: CNRR, Grupo de Memória Histórica.
- HUYSSSEN, A. (2000) *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro, Aeroplano
- POLLAK, M. (1990). *L'Expérience concentrationnaire: Essai sur le maintien de l'identité sociale*. Paris: Éditions Métailié.
- POLLAK, M. (2006). *Memória, olvido, silencio: la producción social de identidad frente a situaciones límite*. Buenos Aires: Ediciones la Margen.
- ROSS, F. (2001) *Women's Testimony in the First Five Weeks of Public Hearings of the South African Truth and Reconciliation Commission*. In: Das, V. et. AL. Editores. *Remaking a World. Violence, Social Suffering and Recovery*. Estados Unidos: University California Press.